

Prática educativa: orientação e apoio aos professores no desenvolvimento de uma educação inclusiva

Educational practice: guidance and support for teachers in developing inclusive education

MELO, Eliete Braz de M. 1; CAVALCANTE, Mirian Marta da S. 2; SILVA, Vera Lúcia B. 3; DUARTE, Maria Fabiana de Aguiar L. 4; COUTINHO, Diógenes José G. 5

Recebido: 04/10/2019 • Aprovado: 20/03/2020 • Publicado: 02/04/2020

Conteúdo

1. Introdução
2. Embasamento teórico
3. Metodologia
4. Análise de resultados e discussão
5. Conclusões

Referências bibliográficas

RESUMO:

Este estudo versa apresentar análises do cotidiano escolar dos professores no trato com alunos que apresentam necessidades educacionais especiais quando incluídos no ensino regular. Para a consolidação deste estudo foram realizados encontros com os professores e auxiliares que trabalham com crianças com NEE contribuindo assim, em sua prática pedagógica. A discussão dos resultados foi de natureza qualitativa e o principal resultado foi o avanço dos participantes em relação às mudanças de seu pensar sobre a inclusão escolar.

Palavras chave: Educação inclusiva; Necessidades educacionais especiais; Formação do professor.

ABSTRACT:

This study presents analyzes of teachers' daily school life in dealing with students who have special educational needs when included in regular education. To consolidate this study, meetings were held with teachers and assistants who work with children with SEN, thus contributing to their pedagogical practice. The discussion of the results was qualitative in nature and the main result was the progress of the participants in relation to the changes in their thinking about school inclusion.

Keywords: Inclusive Education; Special educational needs; Teacher training.

1. Introdução

Sabemos que é um grande desafio nos dias atuais garantir o processo de inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais na sala de aula do ensino regular, bem como para o educador que é o principal agente inclusivo desses alunos. Para que o professor assegure o processo de inclusão na sala de aula o mesmo deve ressignificar a sua pedagogia e deve estar "aberto" às novas experiências e desafios trazidos pela inclusão.

A Declaração de Salamanca (1994, p. 04) aponta o princípio basilar da inclusão que é: "todas as crianças devem aprender juntas, sempre que possível, independentemente de quaisquer dificuldades ou diferenças que elas possam ter", desse modo incluir vai além de apenas inserir o aluno na sala de aula regular, é garantir o atendimento de suas necessidades educacionais

especiais e assegurar que o mesmo tenha as mesmas oportunidades de aprendizagem dos demais alunos.

O processo de inclusão requer uma reorganização do sistema de ensino, devendo ter como objetivo fazer com que a escola se torne aberta a acolher as diferenças e prezar para que todos, sem exceção, tenham uma educação de qualidade.

As experiências construídas na graduação como pedagoga, como especialista em Psicopedagogia Institucional e Psicopedagogia Clínica e em Gestão Escolar, assim como professora da Rede Municipal e Estadual de Ensino contribuíram para a ampliação da aprendizagem.

Porém, foram as atividades da atuação no CAEE – Centro de Atendimento Educacional Especializado, que desenvolve o ensino especializado ao atendimento de crianças especiais diagnosticadas com Síndromes como de Down, de Greg, de Alpert, Autismo, Asperger, e alguns que apresentam algumas dificuldades de aprendizagens na leitura e na escrita, principalmente, que também contribuíram para percebermos a necessidade de atualização no qual o professor deve estar preparado.

Sobre a importância do atendimento educacional especializado, Batista e Mantoan (2006, p. 26) afirmam que:

O atendimento educacional especializado garante a inclusão escolar de alunos com deficiência, na medida em que lhes oferece o aprendizado de conhecimento, técnicas, utilização de recursos informatizados, enfim tudo que difere dos currículos acadêmicos que ele aprenderá nas salas de aula das escolas comuns. Ele é necessário e mesmo imprescindível, para que sejam ultrapassadas as barreiras que certos conhecimentos, linguagens, recursos apresentam para que os alunos com deficiência possam aprender nas salas de aula comum do ensino regular.

Dessa forma, optamos por escolher o seguinte problema de estudo: Como somar ao conhecimento científico já existentes estratégias de ensino mais dinâmicas e inovadoras para atender a uma educação inclusiva?

Sendo assim, o presente estudo tem como objetivo geral avaliar a orientação-formação desenvolvida junto aos professores que trabalham com alunos com dificuldades e/ou necessidades educacionais especiais.

O desenvolvimento desse estudo perpassa por apresentações acerca da análise da prática educativa dos profissionais de educação, que atuam no ensino regular, com alunos que apresentam necessidades educacionais especiais incluídos, além de buscar suporte teórico para a compreensão da ação docente no cotidiano da sala de aula, possibilitando o aperfeiçoamento contínuo dos professores numa visão inclusiva.

2. Embasamento teórico

2.1. Educação inclusiva: o desafio de acolher as diferenças

Vários movimentos sociais importantes marcaram a história da educação inclusiva e garantiram o reconhecimento dos direitos das pessoas com deficiência à plena participação social. Foi através dessa conquista que vários documentos internacionais se materializaram e contribuíram para orientar bem como reformular os marcos legais de que tratam o tema em todos os países, como também no Brasil. Com isso, rompeu-se a ideia de Integração – que tinha como objetivo aproximar as pessoas com deficiência aos padrões ditos normais vigentes – dando espaço à ideia de Inclusão (aqui, o objetivo maior é o respeito às diferenças em todas as práticas sociais).

Entre os instrumentos orientadores está a Declaração/Programa de Ação da Conferência Mundial sobre os direitos Humanos de Viena (1993, p.06), a qual em seu artigo 22 expressa que:

Haverá que prestar atenção especial para garantir a não discriminação e o gozo, em termos de igualdade, de todos os Direitos Humanos e liberdades fundamentais por parte de pessoas com deficiência, incluindo a sua participação ativa em todos os aspectos da vida em sociedade.

Nossa sociedade, considerada democrática e plural, tem previsto na legislação e nas políticas educacionais a garantia do direito à participação de todos seja nos espaços bem como nos processos comuns de aprendizagem. O direito de todos à educação se transformou num movimento coletivo em que se busca a construção de uma educação na diversidade, ou seja, se busca uma adoção de políticas educacionais inclusivas para que essa transformação aconteça nas instituições escolares e também nas práticas sociais, como por exemplo, nas relações com a família e a comunidade. Enfim, a ideia de diversidade encontra-se valorizada em todas as

atividades, espaços e formas de convivência e trabalho com o incentivo das políticas dos sistemas de ensino quando prevê a eliminação das barreiras à educação dos alunos com necessidades educacionais especiais.

Na perspectiva da inclusão educacional de crianças com necessidades especiais o importante é que elas sejam vistas como crianças, não lhe sendo negada a sua diferença ou característica orgânica. Porém, é interessante destacar que nunca se deve supervalorizar esse fator e resumir uma ação a uma única característica, pois somos bem mais do que nossas limitações.

Embora o nosso desejo seja o de lutar pela garantia do direito a uma escola de todos e para todos, sem exclusões, discriminação e preconceitos, faz-se necessário sabermos que, para garanti-lo na prática, precisamos conhecer os seus fundamentos bem como estes, encontram-se expressos em nossos documentos legais. Dessa forma, é indispensável sabermos o que expressa a nossa Constituição de 1988 como também a Educação Especial à luz das nossas leis e segundo os referenciais inclusivos de educação.

Bem sabemos que a Constituição garante a todos o direito à educação e o acesso à escola. Nesse sentido, toda escola deve atender aos princípios constitucionais estando impedida de realizar qualquer ato de exclusão de qualquer pessoa em razão de sua origem, raça, sexo, cor, idade, deficiência ou ausência dela. Isso significa dizer que bastariam os dispositivos legais para que a atenção a todos se concretizasse.

Da mesma forma, as Diretrizes Nacionais da Educação Especial na Educação Básica, expressam em seu artigo 2º:

Os sistemas de ensino devem matricular todos os alunos, cabendo às escolas organizarem-se para o atendimento aos educandos com necessidades educacionais especiais, assegurando as condições necessárias para uma educação de qualidade para todos. (Resolução CNE/CEB, nº2 de 11 de setembro de 2001).

Porém, há um grande discurso sobre a impossibilidade prática desse atendimento por razões de estrutura física, formação dos profissionais, entre outras. O que precisamos entender, principalmente, (quando abertos a acolher) é que é possível não só a viabilidade deste atendimento como também são significativos os benefícios de recebermos na sala de aula todas as crianças com deficiência ou não. A experiência nos mostra que ganhamos bem mais do que poderíamos imaginar. Porque acolher faz toda a diferença.

2.2. Escola inclusiva: uma oportunidade para conviver com as diferenças

A escola que proporciona a todos os seus alunos a oportunidade de conviver com a diversidade e com as diferenças está preparando-os para a vida em sociedade. Assim, entendemos que a escola inclusiva é benéfica não somente para aquelas crianças que têm necessidades educacionais especiais, mas, sim para todas, pois aprender a conviver com as diferenças é um crescimento pessoal, um grande passo nas relações interpessoais.

O desafio da educação especial brasileira é a implantação de uma educação de qualidade e com a organização de escolas que atendam a todos os alunos sem nenhum tipo de discriminação e que reconheçam as diferenças como fator de enriquecimento no processo educacional. Pois, a inclusão é um grande desafio, mas que quando aceito, qualifica a educação oferecida pela instituição escolar uma vez que se torna indispensável o aprimoramento das práticas ali realizadas como forma de atender às diferenças. Além disso, é garantido numa perspectiva inclusiva, um atendimento especializado para complementar e/ou suplementar aquele oferecido na escola que são as salas de AEE – Atendimento Educacional Especializado.

A Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva define o Atendimento Educacional Especializado:

O atendimento educacional especializado identifica, elabora e organiza recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos, considerando as suas necessidades específicas. As atividades desenvolvidas no atendimento educacional especializado diferenciam-se daquelas realizadas na sala de aula comum, não sendo substitutivas à escolarização. Esse atendimento complementa e/ou suplementa a formação dos alunos com vistas à autonomia e independência na escola e fora dela. (BRASIL, 2008, p.15).

Esse tipo de atendimento pode acontecer em espaços dentro da escola ou em centros visando sempre o desenvolvimento das crianças de acordo com as especificidades em prol de sua autonomia.

2.3. Acolher faz toda a diferença: as experiências do projeto “Prática Pedagógica – desafios e descobertas de uma Educação Inclusiva”

Não importa se há ou não alunos com deficiência na sala de aula, pois fazer com que os alunos além de participarem efetivamente das aulas, tenham interesse por aquilo que estão realizando, com certeza é uma das tarefas mais difíceis da profissão docente. Ou seja, agir de maneira inclusiva é um constante desafio. A diferença está justamente no olhar, em enxergar as possibilidades nos alunos e não os fracassos.

No que se refere ao cenário educacional, nunca o tema da inclusão esteve tão presente. No entanto, já percebemos que a cada dia, mais professores estão entendendo que mais do que aceitar as diferenças, estas, devem ser acolhidas. E acolher não significa admitir a matrícula das mesmas na escola, pois essa prática permite apenas o cumprimento da lei. Na verdade, o que devemos fazer é oferecer serviços complementares, adotar práticas criativas na sala de aula, adaptar o projeto pedagógico, rever posturas e construir uma nova filosofia educativa.

Sendo assim, no que se refere ao papel do professor, Mantoan (2015, p. 81), nos diz que: “Formar o professor na perspectiva da educação inclusiva, implica ressignificar o seu papel o da escola, da educação e das práticas pedagógicas que são usuais no contexto excludente do nosso ensino, em todos os seus níveis”.

Todas as pessoas apresentam diferentes características, se sobressaem em algumas áreas e apresentam dificuldade em outras, e isso precisa ser respeitado e levado em conta na hora da aprendizagem e do convívio social. A escola, por sua vez, deve ser capaz de atender seus alunos em suas especialidades e singularidades e isso é válido para todos. Da mesma forma, o professor deve conhecer as particularidades das deficiências existentes em sua sala com o intuito de saber de que forma poderá trabalhar e como poderá potencializar aquilo que seu aluno consegue fazer, deixando de lado o pessimismo, o comodismo e/ou qualquer barreira que o impeça de fazer de sua prática uma construção inclusiva. Pois, é através da inclusão que a criança desenvolve a socialização, a iniciativa, a autoestima, a linguagem e o pensamento preparando-se para ser um cidadão capaz de enfrentar desafios e participar na construção de um mundo melhor independente das diferenças. Isso porque “na escola inclusiva professores e alunos aprendem uma lição que a vida dificilmente ensina: respeitar as diferenças, esse é o primeiro passo para construir uma sociedade mais justa”. (MANTOAN, 2005, p. 24).

Sendo assim, tivemos a vivência do projeto “Prática Pedagógica – Desafios e Descobertas de uma Educação Inclusiva”.

O projeto desenvolvido no CAEE – Centro de Atendimento Educacional Especializado buscou desenvolver a Educação Inclusiva, a partir da formação dos professores da Rede Municipal de Ensino, que trabalham com a Educação Infantil e Ensino Fundamental, que tinham alunos especiais em suas turmas. O Centro está situado em uma cidade do Agreste Setentrional de Pernambuco onde atende a crianças especiais diagnosticadas com Síndromes como de Down, de Greg, de Alpert, Autismo, Asperge, assim também como a aqueles que apresentam algumas dificuldades de aprendizagens na leitura e na escrita, principalmente. Atualmente, o espaço conta com profissionais da área de Psicopedagogia, Fonoaudiologia, Psicologia e Educação Especial além de uma auxiliar de Serviços Gerais. Está vinculado à Secretaria Municipal de Educação de onde recebe apoio e/ou recursos para a realização do trabalho e funciona de segunda a sexta, em horário integral.

No que se refere ao projeto, esta proposta pressupõe uma visão positiva da disponibilidade dos professores e auxiliares de turma bem como uma aposta no crescimento das instituições de ensino onde os mesmos atuam ao desenvolverem o seu trabalho educacional numa perspectiva cada vez mais inclusiva.

O desenvolvimento deste trabalho ocorreu de maneira flexível, sem, contudo, desviar-se dos rumos propostos, dentro de um padrão metodológico sustentado em princípios norteadores da Educação Especial Nacional. Procuramos em cada encontro mobilizar interesses, ativar a participação, desafiar o pensamento, instalar o entusiasmo e a confiança, possibilitar acertos, valorizar os avanços e melhorar a autoestima da atuação do professor, numa busca constante de tornar significativo o processo da construção do conhecimento sob o olhar inclusivo. “O saber dos professores é profundamente social e é, ao mesmo tempo, o saber dos atores individuais que o possuem e o incorporam à sua prática profissional para a ela adaptá-lo e para transformá-lo”. (TARDIF, 2014, p.15).

Os estudos e atividades, tiveram o acompanhamento administrado mensalmente, e desenvolvido pela equipe de profissionais do CAEE – Psicopedagogas, Fonoaudióloga, Psicólogo e Coordenadora responsável - com a finalidade de direcionar as possibilidades pedagógicas de aprendizagem a serem desenvolvidas pelos professores e auxiliares da Educação Infantil e do Ensino Fundamental. A cada encontro, foram consideradas leituras, diálogos e trocas de experiências por meio de grupos de estudo; foram realizadas reflexões com base em estudos de caso, textos, vídeos considerando as experiências vividas em sala de aula. Além disso, os profissionais do CAEE numa dinâmica de revezamento procuraram visitar as escolas dos professores atendidos a fim de observar a dinâmica da sala de aula bem como o trabalho conjunto dos mesmos e do auxiliar de turma como também foi organizada uma oficina para confecção de jogos e materiais pedagógicos adaptados como sugestão de recurso para uso com os alunos. Enfim, procurou-se criar estratégias de ações continuadas estimulando o trabalho inclusivo em parceria com a comunidade escolar e órgãos competentes.

Para Pimenta e Ghedin (2015, p.31):

A formação de professores reflexivos compreende um projeto humano emancipatório. [...] as escolas de formação de professores necessitam ser reconcebidas como esferas contrapúblicas, de modo a propiciarem a formação de professores com consciência e sensibilidade social. Para isso, educá-los como intelectuais críticos capazes de ratificar e praticar o discurso da liberdade e da democracia.

Educar é um ato de amor, onde o professor tem que ir além do conhecimento teórico, pois é preciso percepção e sensibilidade para identificar as necessidades dos alunos. Por isso, acolher é tão importante porque a diferença começa no olhar. Neste sentido, oportunizamos enquanto CAEE com este trabalho, momentos de estudos, diálogos e trocas de experiências por constatarmos a possibilidade de se realizar uma prática inclusiva que tenha significado. Procuramos conduzir os profissionais à reflexão de que tudo começa pela acolhida e que a insegurança, o medo, o despreparo fazem parte de nossas angústias em contato com o novo, com o desconhecido, mas que não podem permear nossa prática, nossa postura, nosso olhar.

3. Metodologia

Para este estudo foi considerado o uso da pesquisa qualitativa e teve o professor, como centro neste processo, uma vez que foi possível ao mesmo analisar sua prática revendo seus entraves, suas conquistas e, conforme sua interação, ampliar seu saber podendo fazer novas construções e/ou reconstruções. A pesquisa qualitativa refere-se a uma atividade da ciência e visa a construção da realidade, porém se preocupa com as ciências sociais em um nível de realidade que não pode ser quantificado. Dessa forma, ela trabalha com o universo de crenças, valores e significados.

Para Terence e Filho (2006):

[...] abordagem qualitativa, [...] objetiva aprofundar-se na compreensão dos fenômenos que estuda – ações dos indivíduos, grupos ou organizações em seu ambiente ou contexto social, interpretando-os segundo a perspectiva dos próprios sujeitos que participam da situação, sem se preocupar com representatividade numérica, generalizações estatísticas e relações lineares de causa e efeito. Assim sendo, temos os seguintes elementos fundamentais em um processo de investigação: a interação entre o objeto de estudo e pesquisador; o registro de dados ou informações coletadas; a interpretação/explicação do pesquisador. [...] (TERENCE E FILHO, 2006, p. 02)

Foram feitos convites aos professores e auxiliares da Educação Infantil e do Ensino Fundamental que trabalham com alunos com necessidades educativas especiais a fim de orientá-los quanto ao trabalho inclusivo investigando a prática educativa dos mesmos, a dinâmica na sala de aula e realizando possíveis intervenções. Para o desenvolvimento desta proposta, foram realizados encontros mensais com duração de quatro horas cada, seja no espaço do próprio centro (CAEE) seja no auditório da Secretaria Municipal de Educação – dependendo da dinâmica utilizada.

Para esta pesquisa foi utilizado o método da observação e diálogo com os participantes, tendo em vista que, conforme Richardsom (2017, p.259):

“[...] a observação é a base de toda investigação no campo social”, e que “[...] é imprescindível em qualquer processo de pesquisa científica”, e ainda “ela tanto pode conjugar-se a outras técnicas de coleta de dados como pode ser empregada de forma independente e/ou exclusiva.

Durante todo o tempo, os professores foram ouvidos e observados para que assim fosse possível orientá-los de acordo com as suas necessidades diante do fazer pedagógico embasado numa proposta de inclusão.

Assim houve espaço para o diálogo, dinâmicas, trocas de experiências e ainda confecção de materiais na oficina de jogos pedagógicos. O ato de observar "é essencialmente um olhar ativo e sustentado por uma questão e por uma hipótese cujo papel essencial deve ser reconhecido sempre". (LAVILLE e DIONNE 1999, p. 176).

4. Análise de resultados e discussão

A sistematização dos estudos e atividades realizadas aconteceram mensalmente, em horário contra turno com a equipe de profissionais do CAEE (psicopedagogas, fonoaudióloga, psicólogo e coordenadora especialista em educação especial) a fim de direcionar a organização das situações de aprendizagem por parte dos professores e auxiliares da Educação Infantil e do Ensino Fundamental, possibilitando assim, que por meio de sua prática pedagógica, os alunos vivenciem situações vivas e enriquecedoras de conhecimento, com múltiplas oportunidades de diálogo e de expressão e percebam na sala de aula um espaço de acolhimento e de inclusão. O projeto teve início no mês de março do ano em curso, culminando no mês de setembro com a oficina de jogos pedagógicos.

No primeiro encontro, as estratégias utilizadas foram:

- Apresentamos a equipe do CAEE e falamos sobre a importância dos alunos que necessitam de um atendimento especializado estarem sendo encaminhados;
- Apresentamos a nossa proposta de intervenção considerando as primeiras observações realizadas no mês de fevereiro e as queixas de alguns professores diante das dificuldades de propostas pedagógicas para trabalhar a inclusão dos alunos na sala de aula, e, informamos o nosso objetivo em promover um espaço em que pudessem ampliar os conhecimentos acerca do tema bem como realizar troca de experiências;
- Apresentamos uma dinâmica em que de um lado da folha escreveriam ou desenhariam seus sentimentos, impressões e/ou emoções diante da surpresa em receber um aluno com necessidades educacionais especiais;
- Ouvimos seus desabafos e suas colocações e sugerimos a parceria entre o auxiliar e o professor para o alcance dos objetivos;
- Trabalhamos um texto reflexivo: "O Preconceito Limita – O Respeito Liberta" (Laíse Rezende).

Este primeiro momento contribuiu para que os presentes se sensibilizassem e percebessem não apenas a responsabilidade que tinham, mas também, a possibilidade que existe em atender seus alunos ainda que apresentem limitações. Para isso, puderam entender a importância da acolhida e como a forma que a fazemos tem um significado. E tudo já começa pelo olhar.

No segundo encontro:

- Trabalhamos com o vídeo: *Cuerdas (Cordas)*. Utilizamos este vídeo tanto para acolhida como também para fazer um convite à reflexão dos participantes quanto ao papel do professor e a dinâmica em sala de aula. Este é um vídeo espanhol de autoria de Pedro Solis, o qual tem um filho especial e quis retratar o amor da irmã por ele. O filme conta a história de Maria, uma menina doce que vive num orfanato, e que criou uma ligação muito especial com um novo colega de classe que sofre de paralisia cerebral. Eles se tornam amigos inseparáveis.
- Percebemos que o uso desse vídeo emocionou muitos participantes, pois puderam perceber o amor através dos olhos de Maria e que mesmo com tantas limitações, ela proporcionou ao seu novo amigo momentos de aprendizagens e vivências significativas. E, principalmente, ela viu nas cordas não um obstáculo, mas um instrumento para alcançar seus objetivos. Foi um momento muito emocionante e construtivo para todos nós.
- Realizamos ainda uma atividade escrita em que deveriam escrever uma dificuldade encontrada no trabalho.
- Socializamos as falas de todos e suas possíveis angústias orientando-os para a possibilidade que tinham em mãos de conduzir o trabalho apesar de todos os entraves;
- Concluímos o encontro apresentando e/ou ampliando o conhecimento acerca de algumas leis que tratam do direito à inclusão.

No terceiro encontro:

- Realizamos um estudo sobre a Psicomotricidade associada à educação onde sugerimos uma proposta de trabalho organizada dentro desta perspectiva. Foi um momento de discussão e ampliação de conhecimentos.

No quarto e quinto encontros:

- Visitamos as escolas dos professores participantes a fim de acompanhar o trabalho dos mesmos bem como observar a dinâmica de sala de aula. Pudemos constatar avanços quanto ao trabalho dos professores em relação à sua prática pedagógica em relação ao atendimento de crianças com necessidades educativas especiais.

No sexto encontro:

- Realizamos um estudo sobre a importância da ludicidade na sala de aula. Nosso objetivo foi conduzir os professores à ideia da importância do trabalho lúdico dentro de um planejamento organizado. Assim eles puderam perceber as possibilidades de inserir uma proposta lúdica ao trabalho pedagógico.

Para o sétimo encontro, tivemos como estratégia:

- Realizamos uma oficina de jogos pedagógicos. Nesta oficina, propomos a confecção de jogos pedagógicos com uso de materiais recicláveis e adaptados, como proposta de recurso e enriquecimento do trabalho educativo. Foi um momento de muita aprendizagem onde todos puderam trocar ideias e descobrir a variedade de sugestões possíveis para esse fim.
- Culminamos o trabalho com um momento de avaliação dos encontros por meio das falas de cada um.

Após a conclusão dos momentos realizados com os professores, foi possível observar a necessidade que os mesmos têm em aprimorar a sua prática diária. Muitos apresentaram a deficiência existente nos cursos de formação continuada, os quais não têm atendido suas reais necessidades. Da mesma forma, percebemos também, que ainda há aqueles que mesmo reconhecendo a falta de contribuições e/ou considerando a importância de orientações e subsídios, mesmo assim, falta-lhes um compromisso em participar assiduamente dos encontros tendo em vista que alguns se fizeram ausentes em alguns encontros.

5. Conclusões

A educação é a base para a formação cidadã de um indivíduo, sendo assim o processo de inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais deve garantir o desenvolvimento dos mesmos para que eles tenham seus direitos assegurados no contexto social em que estão inseridos. Os desafios para a garantia do processo de inclusão nas escolas ainda têm um longo caminho a ser percorrido, mas ao longo dos anos muitos já foram os avanços e conquistas alcançadas que tem proporcionado o melhoramento na educação desses alunos.

Nesse processo da educação inclusiva, os profissionais da educação devem ressignificar sua prática pedagógica buscando novos paradigmas que devem ser inseridos em sua prática a fim realizar um trabalho que oportunize aos alunos um ensino igualitário, de qualidade e que transforme sua sala de aula em um ambiente inclusivo e que respeite às diferenças.

O objetivo deste estudo foi oportunizar uma proposta de formação continuada dos professores que trabalham com crianças com necessidades educativas especiais analisando as vivências, os depoimentos, os diferentes espaços e as práticas pedagógicas aplicadas para esse tipo de atendimento.

Assim, foi preciso retomarmos alguns fundamentos teóricos a fim de aprofundarmos nossas percepções e, principalmente pautarmos nosso trabalho numa proposta formativa com significado. A observação presente em todos os momentos nos permitiu apontar alguns resultados importantes, pois as mudanças na ação da sala de aula, a disponibilidade para o trabalho em grupo, a ampliação da visão quanto ao atendimento, o trato com as diferenças no ambiente escolar e, principalmente, o entendimento sobre as condições de aprendizagem dos alunos e as possibilidades de inclusão no ensino regular, foram avaliadas como positivas durante o período de realização deste trabalho.

Neste sentido, este estudo representa a possibilidade de buscar cada vez mais uma proposta de formação continuada que atenda as reais condições dos sujeitos envolvidos nesse processo de construção a fim de contribuir efetivamente para que os professores dinamizem suas práticas e sejam convidados a uma experiência de reflexão contínua para o enfrentamento das adversidades diárias. Pois, "Ninguém nasce educador ou marcado para ser educador. A gente se faz educador, a

gente se forma, como educador, permanentemente, na prática e na reflexão da prática" (FREIRE, Paulo. 1991, p. 58).

Acreditamos ter alcançado nosso objetivo uma vez que os professores foram convidados a pensarem sobre a importância do estudo constante bem como sobre o fato de ser indispensável refletir sobre a sua prática pedagógica buscando a cada dia melhorias para o seu fazer na sala de aula.

Enfim, os encontros permitiram aos participantes uma ampliação do ponto de vista considerando as trocas de experiências e os estudos fundamentados, favorecendo assim a reflexão sobre a qualidade da prática educativa e, principalmente a melhoria da compreensão sobre uma real proposta de inclusão.

Referências bibliográficas

BATISTA, C. A. M. B.; MANTOAN, M. T. E. (2006). *Educação Inclusiva: Atendimento Educacional Especializado para a deficiência mental*. Brasília: MEC, SEESP.

BRASIL. Ministério da Educação. (2005). *Inclusão. Revista da Educação Especial. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva*. Vol 1, n. 1. Brasília: Secretaria de Educação Especial.

BRASIL. (2008). *Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Revista da Educação Especial*. Vol: 04. n 05. Brasília: SEESP, 2008.

BRASIL. (2001). *Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica*. Resolução CNE/CEB, nº2, de 11 de setembro de 2001. MEC; SEESP. Recuperado de <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/diretrizes.pdf> .

BRASIL. (1996). *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996*. Diário Oficial da União, 23 de dezembro de 1996.

DECLARAÇÃO DE SALAMANCA. (1994). *Princípios, Políticas e Prática em Educação Especial*. Espanha.

DECLARAÇÃO E PROGRAMA DE AÇÃO DE VIENA. (1993). *Conferência Mundial sobre Direitos Humanos*. Recuperado de <http://www.cedin.com.br/wp-content/uploads/2014/05/Declaração-e-Programa-de-Ação-de-Viena-Conferência-Mundial-sobre-DH.pdf>.

FREIRE, P. (1991). *A Educação na Cidade*. São Paulo: Cortez.

LAVILLE, C.; DIONNE, J. (1999) *A construção do saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas*. Belo Horizonte: Artmed.

LUCK, H. (2008). *Ação Integrada: Administração Supervisão e Orientação Educacional*. (26a ed.) Petrópolis, RJ: Vozes.

MANTOAN, M. T. E. (mai. 2005). *Inclusão é privilégio de conviver com as diferenças*. São Paulo: Nova Escola.

_____. (2015). *Inclusão escolar: o que é? Por quê? Como fazer?* São Paulo: Moderna.

MITTLER, P. (2003). *Educação inclusiva: contextos sociais*. Porto Alegre: Artmed.

FALVEY, M.A.; GIVNER, C.C.; KIMM, C. (1995). What Is an Inclusive School? In R. A. Villa and J. S. Thoudand (Ed.): *Creating an Inclusive School*. Alexandria: ASCD.

PIMENTA, S. G.; GHEDIN, E. (Org). (2015). *Professor reflexivo no Brasil: gênese e crítica de um conceito*. (6a ed.). São Paulo: Cortez.

RICHARDSOM, R. J. (2017). *Pesquisa social: métodos e técnicas*. (4a ed.). São Paulo: Atlas.

ROSAR, M.F.F. (dez. 1992). A dialética entre concepção e a prática da "gestão democrática" no âmbito da educação básica no Brasil. *Educação & Sociedade*, Campinas.

SOLIS, P. (2018). *Cuerdas. Cordas, um vídeo para refletir*. Recuperado de <http://mais.uol.com.br/view/d59ed6yyr67a/cordas-um-video-para-refletir-04024E993664E0C14326?types=A&> .

TARDIF, M. (2014). *Saberes docentes e formação profissional*. (17a ed.). Petrópolis, RJ: Vozes.

TERENCE, A. C. F.; FILHO, E. E. (out. de 2006). *Abordagem quantitativa, qualitativa e a utilização da pesquisa-ação nos estudos organizacionais*. Recuperado de http://www.abepro.org.br/biblioteca/enegep2006_tr540368_8017.pdf.

2. Doutoranda em Ciências da Educação pela Atenas College University. E-mail: junior.mirian@hotmail.com
 3. Mestranda em Ciências da Educação pela Atenas College University. E-mail: vluciabsantos@gmail.com
 4. Mestranda em Ciências da Educação pela Atenas College University. E-mail: m.fabianaduarte@hotmail.com
 5. Graduado em Biologia pela UFPE. Doutor em Biologia pela UFPE. E-mail: gusmao.diogenes@gmail.com
-

Revista ESPACIOS. ISSN 0798 1015
Vol. 41 (Nº 11) Ano 2020

[\[Índice\]](#)

[Se você encontrar algum erro neste site, por favor envie um e-mail para [webmaster](#)]

revistaESPACIOS.com



This work is under a Creative Commons Attribution-
NonCommercial 4.0 International License